

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/268183857>

EXCLUSÃO SOCIAL E CONSCIÊNCIA POLÍTICA: LUTA E MILITÂNCIA DE TRANSGÊNEROS NO ENTLAIDS

Article

CITATIONS

11

READS

141

2 authors:



Alessandro Soares da Silva

University of São Paulo

99 PUBLICATIONS 346 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Renato Barboza

Health Institute

52 PUBLICATIONS 252 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Project

Psicologia Política das Relações de Gênero, Raça/Etnia e Orientação Sexual [View project](#)



Project

Acesso aos Serviços de Saúde na Região da Baixada Santista, São Paulo. Brasil [View project](#)

EXCLUSÃO SOCIAL E CONSCIÊNCIA POLÍTICA: LUTA E MILITÂNCIA DE TRANSGÊNEROS NO ENTLAIDS

*Alessandro Soares Silva**
*Renato Barboza***

Resumo: Esse artigo trata da questão da exclusão social de Transgêneros. Superar a dialética da exclusão é um dos grandes desafios da sociedade rumo à justiça social e queremos refletir acerca do papel da militância política no processo de construção subjetiva da condição de sujeitos políticos. Para tanto, procuraremos entender como o ENTLAIDS – Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta e Prevenção à AIDS – pode constituir-se enquanto um espaço privilegiado de militância e formação de uma consciência política afeita à participação de ações coletivas que visem o enfrentamento da dialética perversa da exclusão/inclusão social.

Palavras-chave: Psicologia política. Movimentos sociais LGBT. Transgêneros. Militância política. Consciência política.

Abstract: This article discusses about the social exclusion of Transgenders. Overcome the dialectic of exclusion is one of the greatest challenges of society towards the social justice, and we want to reflect political militancy role in the process of subjective construction of the social condition of political subjects. For that, we look for the understanding of how ENTLAIDS – Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta e Prevenção à AIDS (National Meeting of Transvestites and Transexuals who act in the AIDS combat – can constitute as privileged militancy space and formation of political consciousness regarding participation of collectives actions which focus the facing of the perverse social exclusion dialectic.

Keywords: Political psychology. LGBT social movements. Transgenders. Political militancy. Political consciousness.

* Filósofo pela PUC MINAS, Mestre e Doutor em Psicologia Social e em Psicologia Social pela PUCSP. Atualmente é professor-doutor na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Email: alessoares@usp.br.

** Sociólogo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestre em Ciências – Área de Concentração – Saúde Coletiva pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo – CCD (2006). Atualmente é pesquisador científico do Instituto de Saúde da SES/SP. Email: renato@isaude.sp.gov.br.

INTRODUÇÃO

A superação da exclusão social é um dos grandes desafios da sociedade rumo à justiça social. Nesse artigo, nós gostaríamos¹ de refletir acerca do papel da militância política no processo de construção subjetiva da condição de sujeitos políticos. Para tanto, procurar-se-á entender como o ENTLAIDS – Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta e Prevenção à AIDS – pode constituir-se enquanto um espaço privilegiado de militância e formação de uma consciência política afeita à participação de ações coletivas que visem o enfrentamento da dialética perversa da exclusão/inclusão social (SAWAIA, 1999).

Essa questão se faz relevante porque como já foi apontado por nós (SILVA; BARBOZA, 2005) e por outros autores como Peres (2006) e Aggleton e Parker (2001), travestis e transexuais têm vivido novos modos de estigmatização que complementam a por classe social, raça/etnia e de gênero. Elas (e eles) se confrontam com a ausência de políticas públicas afirmativas que lhes possibilitem inclusão social real, acesso aos direitos de cidadania para acederem a

(...) condições inclusivas para que possam estudar, trabalhar e frequentar espaços sociais, que seriam comuns a todos os cidadãos. Vivenciam dificuldades em serem aceitas como pessoas que solicitam serem chamadas pelo feminino, dadas as suas caracterizações estéticas, em situações de atendimento à saúde, na educação e na segurança pública (...) Desde o I ENTLAIDS (1993) até a edição atual XIII ENTLAIDS (2006), percebeu-se que para além da luta contra a AIDS, torna-se necessária à organização de grupos de travestis em todas as cidades brasileiras, em parcerias com outros grupos excluídos e marginalizados, mesmo porque, existem travestis pobres, negras, deficientes, portadoras de HIV e vivendo com AIDS, que são atravessadas pelas malhas das desigualdades sociais, presentes em todo o território brasileiro. (PERES, 2006, 5).

Não há dúvidas de que ocorrem negligências e descasos por parte dos órgãos públicos. Habitualmente a população ‘*Trans*’² enfrenta situações de humilhação social pública quando, por exemplo, se deparam com a

¹ Estas reflexões se basearão aqui na análise de alguns depoimentos colhidos em 2002 por meio de pesquisa de campo (doze) e em 2006 (quatro) mediante entrevista realizada via internet com o apoio do comunicador MSN. Os nomes são fictícios para preservar a identidade de cada sujeito. Neste texto serão usados apenas trechos considerados emblemáticos e presentes nas novas entrevistas, as quais serão cotejadas com as entrevistas de 2002 e analisadas em trabalho publicado em 2005 em parceria com Barboza. A opção por utilizar aqui apenas trechos emblemáticos e de modo ilustrativo se deu em função do limite de espaço e a amplitude das questões que emergiram nesse conjunto de dezesseis entrevistas. Vale dizer ainda, que nas doze primeiras não havia pessoas com militância consolidada e nessas novas entrevistas trabalhou-se apenas com transgêneros militantes procurando entender seu processo de conscientização e construção enquanto sujeitos políticos.

² A expressão *Trans* designa aqui todas as pessoas Transgêneros, a saber: 1. pessoas transexuais (de ambos os sexos) que apresentam uma identidade de gênero masculina ou feminina e que não necessariamente passaram por opera-

negativa para o uso de em sua documentação de fotos nas quais apareçam como com vestuário e traços que não denotem seu sexo biológico. Vivem como travestis, vivem cotidianamente de maneira performática, porém não podem se identificar como travestis, sendo permanentemente obrigadas (os) à se humilharem ao apresentarem seus documentos com fotos masculinas (ou femininas). Essas situações aparecem em todos os depoimentos colhidos e em depoimentos colhidos por outros pesquisadores e se convertem em pontos de luta, em bandeiras políticas que ordenam os ENTLAIDS e as atividades de militância T em coletivos específicos, em atividades independentes ou em coletivos LGBT espalhados por todo o país.

Para fins de localização histórica, importa saber que o ENTLAIDS nasceu em 1993 motivado pela insatisfação das Travestis e Transexuais que não se sentiam contempladas nas discussões de gênero e sentiam necessidade de aperfeiçoar a organização dos grupos que as representavam e como estratégia política de combate a AIDS entre as pessoas ‘*Trans*’ promovida pela *Coordenação Nacional de Combate à AIDS* do Ministério da Saúde a partir de 1993. Como aponta Peres (2006),

Os ENTLAIDS tiveram início em 1993, na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa de uma travesti chamada Jovanna Baby, tendo como ponto de partida o enfrentamento à pandemia da AIDS, de modo a construir respostas das travestis brasileiras à prevenção do hiv/aids. Uma cartografia sobre os territórios existências das travestis viria a confirmar uma maior intensidade presente na terceira epidemia, denominada por Jonathan Mann (1993) como sendo a epidemia dos preconceitos, e que se tornaria um dos componentes de maior vulnerabilidade frente aos riscos de infecção e re-infecção do hiv/aids, assim como de fomento à diversos processos de estigmatização. (p.1).

A primeira edição do encontro aconteceu no Rio de Janeiro e teve como tema “*Cidadania não tem roupa certa*”. Mas, como aponta Larissa Silva (2007), nos primeiros encontros travestis e transexuais eram minoria,

(...) as vozes menos audíveis uma vez que os “liberados” – geralmente gays e lésbicas com um traquejo político maior – eram, ademais, numericamente superiores (...) ainda assim, as travestis que participavam desse encontros começaram a exigir que se falasse menos em camisinhas e sexo seguro, e mais em outras

ções de retificação de sexo; 2. pessoas que se classificam como travestis, mantendo assim um trânsito entre o masculino e feminino, entre a heterossexualidade e a homossexualidade, visto que não apenas fisicamente apresentam características de ambos os sexos, mas também elementos identitários dos dois gêneros podendo inclusive manter relações estáveis com pessoas do sexo biológico oposto. Nossa posição não concorda com aqueles autores que insistem em patologizar esses comportamentos estranhos simplesmente por não se enquadrarem nos cânones da normalidade obrigatória construídos, sobretudo, nos séculos XIX e XX. Vale dizer aqui, que se está cômico de que no XIV ENTLAIDS ocorrido em 2007 houve uma demanda para que o termo transgênero designasse uma nova categoria. Nesse caso ela se refere às pessoas que alternam sua identidade entre o masculino e o feminino sem serem bissexuais. Todavia, pessoalmente, não se está de acordo, por ora, com essa posição.

questões cruciais para elas, como violência policial, hormonoterapia, articulação e manutenção de organizações políticas representativas entre outros temas. (p.232).

Nos anos seguintes, o ENTLAIDS passou por Vitória (ES) (1994), mas não se encontrou registro algum desse II evento. Na sequência, ele retornou à cidade do Rio de Janeiro (RJ). Em junho de 1995, o III Encontro Nacional de Travestis e Liberados aconteceu com o tema “*Cidadania plena para gays e lésbicas*”. Debateram-se questões como AIDS, contrato social entre homossexuais, uso de silicone, mercado de trabalho, religião e violência. Em 1996 IV volta à cidade do Rio de Janeiro com o tema “*Conquistando novos espaços*”.

Em São Paulo, o Grupo Filadélfia de Santos (SP) organiza o V ENTLAIDS entre 24 e 27 de junho de 1997. Esse V ENTLAIDS aconteceu em parceria com o Centro de Referência e Treinamento em DST/AIDS (CRT-DST/Aids) de São Paulo e teve como tema “*Abrindo novos caminhos*”, sendo o encontro que reuniu o maior número de participantes: 280.

Em 1998, o VI ENTLAIDS voltou para o Rio de Janeiro e reuniu 230 pessoas, mas também não foram localizadas maiores informações. No ano seguinte, a VII edição do ENTLAIDS aconteceu em Fortaleza – CE entre os dias 23 e 27 de junho de 1999. O encontro de Fortaleza tratou de Políticas Públicas de Aids; Religião e Homofobia; Violência Policial e Direitos Humanos. O encontro foi realizado pelo grupo ATRAC em parceria com o GRAB e o tema foi “*Unid@s construindo uma nova realidade social*”.

O VIII ENTLAIDS aconteceu na cidade fluminense de Cabo Frio (RJ) em 2000, com a presença de 200 pessoas e foi o primeiro realizado fora de uma capital, tendo como tema: “*unid@s pelo direito de ser*”. Vale dizer que os encontros organizados no Estado do Rio de Janeiro ocorreram por iniciativa do grupo carioca ASTRAL.

No ano de 2001 não houve encontro, visto que a assembléia de Cabo Frio decidira por fazer do ENTLAIDS um encontro bi-anual, sendo retomado com bastante força em 2002 em Curitiba. Até o IX encontro, como se pode ver, as informações registradas são bastante fragmentadas e nem sempre estão de acordo. Contudo, a partir desse encontro os poucos registros começam a ser mais bem sistematizados.

O IX Encontro ocorreu em Curitiba (PR) entre 25 e 28 de junho de 2002. Na ocasião, a discussão girou em torno ao direito à cidadania livre de estereótipos, pois ser travesti não implica necessariamente a prática da prostituição. Direito à cidadania implica a garantia real das demandas que as entrevistadas ainda hoje reivindicam: direito à saúde, segurança e participação nas políticas públicas de modo a respeitar a diversidade. A convidada desse encontro foi a argentina Lohama Berkins, O IX ENTLAIDS teve por eixo temático “*Políticas Públicas de Saúde e Cidadania para travestis*”.

e liberad@s” e enfatizou a necessidade de combate à exclusão social de maneira a articular projetos nos governos, a sociedade e, principalmente, a população ‘Trans’ de modo que estes não terminem isolados e inertes nas burocracias estatais e contribuindo para a melhoria da auto-imagem das mesmas. As demandas do encontro foram expressas na Carta de Curitiba, na qual se lia, entre outras coisas, o seguinte: “Nós, lideranças e convidados (as) do encontro, reivindicamos tratamento humanizado nos serviços de saúde e nas ações de segurança pública. Reivindicamos acesso à educação e ao mercado de trabalho”.

Em 2003, Porto Alegre (RS) sediou o X ENTLAIDS. O evento chegou à sua décima edição discutindo direitos humanos, resgate da cidadania e políticas de prevenção às DST’s e AIDS. Nesse encontro, organizado pelas militantes do Grupo Igualdade, percebeu-se o crescimento do movimento um maior engajamento das ONG’s presentes nas discussões propostas que pautaram as atividades do evento. Na ocasião, foi muito celebrada a presença da ativista brasileira Camille Cabral. Ela residente em Paris e lá havia sido eleita vereadora com base em sua experiência em defesa aos direitos das pessoas ‘Trans’ na França. O tema desse X encontro foi “*Direitos Humanos, promoção à saúde, prevenção, sustentabilidade, sexualidade e avanços do movimento trans nacional*”.

Nesse encontro, registrou-se um forte amadurecimento político das travestis e transexuais dentro do cenário político nacional. Isso oportunizou que, na sequência, se fundasse a ANTRA – Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros – a qual surge com o intuito de ser um importante espaço para discussões de políticas para a população T.

Campo Grande (MS) sediou, de 23 a 27 de junho de 2004, o XI Encontro Nacional de Transgêneros que atuam na prevenção à AIDS organizado pela Associação das Travestis do Mato Grosso do Sul – ATMS com o tema escolhido foi “*Uma década de ENTLAIDS*”. A questão central nesse ano foi a avaliação dos dez eventos anteriores e o levantamento histórico do ENTLAIDS que, nesse ano, se chamou ENTRAIDS e teve um total de 260 participantes.

A Associação em Defesa dos Homossexuais – ADEH – foi a responsável por organizar o XII **Encontro Nacional das Transgêneros que Atuam na Prevenção da Aids** – ENTLAIDS – em Florianópolis (SC) entre os dias 09 e 12 de junho de 2005. O encontro reuniu 200 participações e teve como tema “*Políticas Públicas na Diversidade*”.

Em Goiânia (GO) ocorreu o XIII ENTLAIDS entre os dias 24 a 28 de julho de 2006 tendo por tema “*Um Brasil de Todos é um Brasil sem Transfobia*”. O 13º Encontro Nacional das Travestis e Transexuais que atuam na Prevenção da Aids também debateu sobre Tráfico de Seres Humanos e Cafetinagem: Transgêneros brasileiras na Europa e Prostituição Infantil e Exploração Sexual de Adolescentes Transgêneros, e Saúde Inte-

gral. *Desse encontro* participaram em torno de 150 pessoas de pelo menos vinte estados da federação. Desse encontro participaram 200 ‘Trans’.

Em 2007, São Paulo volta a sediar o ENTLAIDS passados dez anos da primeira vez em que a cidade recebera o evento. Essa XIV edição foi acompanhada de perto pelos autores, que, inclusive, contribuíram para uma mesa de debate bastante polêmica que girou em torno ao tema da *Identidade Transgênero*. Esse evento ocorreu com o tradicional apoio da CN – DST/Aids do Ministério da Saúde e da recém criada Coordenadoria Municipal da Diversidade Sexual – CADS. Como parte do calendário oficial do Programa Nacional de DST/AIDS, do Governo Federal e tendo o evento caráter deliberativo, ele ocorreu entre os dias 26 e 30 de junho e **teve por tema “Cidadania: Um Direito de Tod@s”**. A edição desse ano contou com dezesseis mesas que abordaram a inclusão social por meio de temas, como serviços públicos, justiça e legislação e participação na mídia. Participaram também do encontro membros do Executivo Paulista, além de parlamentares e representantes das áreas de Saúde, Educação, Trabalho e Segurança. E como tem sido a tônica desses encontros, novamente tornou-se a discutir possibilidades de políticas públicas de ação efetiva a serem formuladas e implementadas pelos executivos. As propostas que surgiram desse encontro foram encaminhadas aos governos municipal, estadual e federal.

Nesses quinze anos de existência do encontro, como se destacou aqui, os temas são basicamente os mesmos, variando apenas o tom e ênfase, o que leva a observar que nesses anos o Estado brasileiro não tem sido eficaz e comprometido com a mudança real das condições humilhante, inseguras e desrespeitosas a que esses e essas cidadão/as são permanentemente submetidos/as. Os temas dos ENTLAIDS foram temas das entrevistadas em ambos os contextos e momentos. O que mudou nesses quinze anos foi, certamente, a força e a organicidade do movimento T.

Como já se apontou (SILVA; BARBOZA, 2005), comumente quando se fala de gênero, costuma-se vincular o conceito a relações entre homens e mulheres, sendo estas estabelecidas pelas diferenças biológicas. Tais diferenças geralmente constituem as bases justificadoras das desigualdades que tornam a mulher vulnerável à exclusão social. Também pode-se dizer que é sabido de todos/as que a exclusão que atinge a mulher se dá de diversas formas. Ela se dá num espectro amplo que pode ir espaço do trabalho, passando pelas questões de classe social, até questões referentes à cultura, à etnia, idade ou mesmo orientação sexual. Assim, a dialética da inclusão/exclusão (SAWAIA, 1999) da mulher na sociedade revela-se uma realidade bastante complexa e necessita de uma análise transversal dos vários elementos que sustentam os nefastos mecanismos da dominação-exploração masculina.

Como a mulher, outros grupos ocupam um lugar minoritário; encontram-se marcados pelo signo da inclusão/exclusão. A comunidade de transexuais e travestis também tem sofrido com o peso dessa dialética que quer manter sob controle todos os grupos e sujeitos que possam pôr em risco os diversos atores sociais que coloquem à vista as fragilidades das normas sociais vigentes e que quase nunca se mostram abertas à diferença e ao multiculturalismo.

O presente estudo dedica-se a esse grupo excluído que normalmente é rotulado, segundo o senso comum, como ‘travestis’, mas que, na verdade, tem englobado/ocultado um conjunto de grupos que aqui serão chamados de ‘população T’. Por T designamos o termo transgênero. Vale apontar aqui que este manuscrito não tem por intenção definir ou “etiquetar” os diferentes fenômenos que estão nesse *universo T* ou mesmo fazer estimativas da frequência de que ocorrem. A intenção é contribuir para a compreensão da luta política que esses coletivos T têm empreendido para garantir seus direitos humanos em uma sociedade machista e heterossexista que investe pesadamente para garantir a anormalidade e a patologização da experiência sexual.

Habitualmente, e mesmo quando não condenada, a experiência ‘trans’ é vista como *distúrbio de gênero* (STOLLER, 1993) derivado de uma experiência infantil inadequada ao desenvolvimento esperado da *psique* e não como uma experiência diferenciada e não patológica da sexualidade. Todavia, a compreensão não está ancorada nessa compreensão, mas em uma postura que percebe esse fenômeno não como uma *disforia de gênero* a ser tratada, mas como uma construção social e simbólica que rompe com os cânones da sexualidade normativa e obrigatória em que outras possibilidades passam a figurar como algo a ser tratado, corrigido e controlado.

Falar da *transgeneridade* conduz a pensar a possibilidade de um novo gênero que não os gêneros masculino e feminino. Entretanto, essa não é a postura adotada aqui. A transgeneridade remete a construção de posições de gênero e a identidades de gênero que são múltiplas e não podem ser contidas em rótulos universalistas. Certamente, essa questão é motivo de inúmeras polêmicas que necessitam ser debatidas sem preconceitos e moralismos definidores de condutas previamente aceitáveis.

O movimento de travestis e transexuais, ainda que não seja tão conhecido, vive um momento importante e começa a se visibilizar como um movimento determinado a superar as múltiplas faces do fenômeno da exclusão/inclusão social e suas inúmeras formas de manifestação. Nesse caminho de luta política do movimento, como se verá, serão encontradas numerosas idiosincrasias, mas não menos do que aquelas que se encontram em outros movimentos sociais mais conhecidos.

A DIALÉTICA DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL E A POPULAÇÃO 'TRANS'

Quando se fala de *exclusão social*, não poucas vezes se encontram concepções *desencarnadas*, carentes de razoabilidade. A exclusão social, enquanto condição sócio-econômica-política e cultural, remonta à antiguidade greco-romana, pois nessas sociedades grupos como o das mulheres estavam equiparadas à condição de escravos e estrangeiros: a condição natural de ineptos às práticas políticas por não possuírem capacidade de julgar adequadamente o real.³ Tal concepção natural a respeito desses grupos sociais era a justificativa para a sua exclusão da vida política, espaço fundamental à existência humana nas sociedades gregas. Hodiernamente o transgênerismo tem sido tratado de maneira a ser naturalizado (dentro e fora dos movimentos LGBT) e, dessa maneira, despolitizado no que tange à construção política e social da sexualidade no ocidente (FOUCAULT, 2001).

A expressão *exclusão social* originou-se na França e visibilizou-se a partir de 1970 quando René Lenoir (1974) escreveu sua obra *Les Exclus*, na qual trata de questões como a mendicância e a indigência, trazendo esses temas para o campo social. Lenoir não entendia exclusão social como um conceito restrito às populações que sofreram e sofrem um processo de proletarização ou de subproletarização, mas sim, como um conceito que ultrapassava os fenômenos marginais que atingem os mais diversos estratos sociais. Em *Les Exclus*, ele define como excluídos aqueles indivíduos concebidos como *resíduos* dos trinta anos gloriosos de desenvolvimento francês.

Apesar de seus esforços para resgatar situações sem visibilidade no plano social, esse autor sofreu severas críticas de pensadores tidos como de esquerda. Assim, parece que o mérito de sua obra foi “(...) suscitar o debate, alargando a reflexão em torno da concepção de exclusão, não mais como um fenômeno de ordem individual, mas social.” (WANDERLEY, 1999, p.16).

O debate sobre exclusão social apareceu, portanto, na Europa a partir do crescimento da pobreza urbana. A orientação do debate acerca desse tema varia de acordo com as conjunturas políticas e econômicas das sociedades, sendo três paradigmas acerca da exclusão social, segundo Dupas (1999), significativos e partem de distintas filosofias políticas, a saber: 1) O Paradigma da Solidariedade; 2) o Paradigma da Especialização e, por fim, 3) o Paradigma do Monopólio.

³ Como apontam Silva e Barboza (2005, p. 29) “Exemplo desse tipo de concepção pode ser encontrado na História do pensamento humano. Platão, em A República, V livro, desenhava a mulher como reencarnação dos homens covardes e injustos. Aristóteles, em A História Animalium, afirmava que a mulher é fêmea em virtude de certas características: é mais vulnerável à piedade, chora com mais facilidade, é mais afeita à inveja, à lamúria, à injúria, tem menos pudor e menos ambição, é menos digna de confiança, é mais encabalada. Aristóteles ainda afirma em A Política que as mulheres eram o resultado da ausência de calor durante a gestação. Ser mulher era decorrente de má formação (ARISTÓTELES, 1999)”.

No primeiro, a solidariedade é associada à *filosofia republicanista* e a exclusão social resulta do rompimento da relação entre indivíduo e sociedade, sendo necessária a mediação/intervenção do Estado. É o Estado quem deve garantir a inclusão dos indivíduos marginalizados nas relações sociais. O segundo baseia-se na especialização das atividades humanas e nasce a partir do pensamento liberal. Nele, a exclusão social está vinculada às questões de discriminação e o Estado propicia a possibilidade de o sujeito excluído mover-se nas diversas categorias sociais existentes na sociedade. O terceiro relaciona-se com a idéia social-democrata do *monopólio*, a qual explica a formação de *monopólios de grupos sociais*. A exclusão social decorre da concentração de espaços de poder por poucos grupos, cabendo ao Estado coibir tais monopólios.

Esses três paradigmas apontam para uma leitura da exclusão social como um fenômeno multidimensional, multifacetado e capaz de assumir diferentes aspectos que influem na compreensão social e no desenvolvimento das sociedades. Países que estão fora do círculo do desenvolvimento são mais susceptíveis a situações de exclusão social, pois ela se vincularia de modo especial às questões macrossociais pertinentes ao mercado de trabalho.

Mas questões como moradia e serviços comunitários, bens e serviços públicos, terra, direitos humanos, políticos e sociais também passam a compor esse espectro da exclusão social, originando diversas categorias de excluídos. Nelas estão reunidos importantes grupos sociais: sem terra, sem teto, analfabetos, negros, mulheres e as chamadas comunidades *GLBT* (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros).

Debatendo o contexto social brasileiro, sobretudo nos anos de 1990, Cristovam Buarque (1993) analisa a crise econômica que assolava o país desde 1980 e denuncia que a condução econômica do país ameaçava a manutenção da *paz social*, pois gerava um imenso número de excluídos, de “*apartados sociais*”. Pobres e ricos encontram-se claramente divididos, não só pela miserabilidade dos primeiros e pela opulência dos segundos, mas pela ousadia com que os pobres enfrentam essa condição marginal provocando, entre os poucos ricos, situações de temeridade ante essa massa de expropriados e excluídos, de *apartados*. Assim, a exclusão social é um processo presente, visível e que ameaça confinar grande parte da população num *apartheid* informal.

A exclusão social da mulher é secular e diferenciada, baseada na visão bipolar do sexo. No caso da população T a reprodução da exclusão social guarda muitos traços daquela vivida pelas mulheres, sem, com isso, significar ser igual. A exclusão feminina estabeleceu-se mediante a força milenar do patriarcado, sendo ele o mais antigo sistema de dominação-exploração, pois

(...) o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, moldado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico. (...) Desta sorte, fica patente a dupla dimensão do patriarcado: a dominação e a exploração. (SAFFIOTI, 1987, p. 50-51).

Ao se olhar para a história da humanidade ao longo dos séculos observa-se que as relações constituídas não só entre homens e mulheres, mas também entre minorias sexuais, mantêm um caráter excludente e opressor (FOUCAULT, 2001; SILVA, 2006). Estas foram construídas mediante a bipolarização de interesse de ideólogos burgueses. No que tange às mulheres destacaram sua inclinação natural para o lar e a educação das crianças. No que respeita às minorias sexuais, destacaram o espaço da invisibilidade e do silenciamento (SILVA, 2007). Assim sendo, atribui-se à mulher a condição de inferior (e a todos os grupos que, ideologicamente, são postos como assemelhados), restringindo-se a sua ação à vida privada. Aos outros grupos que não compartilhavam as normativas sexistas e heterossexistas restou adequarem-se a elas ou enfrentar os castigos da medicina, da justiça e igreja (SILVA, 2006). Ainda que se proclame a mudança nas relações entre homens e mulheres, ela ainda é inexpressiva. Mas no que tange às relações entre grupos dominantes e a população em questão neste texto, há que se atentar para um verdadeiro horror: ainda são execradas, humilhadas e frequentemente assassinadas por crimes de homofobia, ou melhor dito, transfobia. Em ambos os casos, a maioria dos formadores de opinião continua a reproduzir e perpetrar a doutrina da submissão à superioridade masculina. Como se pode notar, esses limites da ação desses sujeitos na vida política e social cotidiana reforçam a base de sua exclusão na sociedade. Reverter esse quadro tem tomado longo tempo das/os militantes trans. Essas lideranças têm buscado desde 1993 no Brasil, por meio do ENTLAIDS, elaborar ações que se sustentem nos princípios de equidade entre os sexos e as diferentes orientações sexuais e, assim, propiciar à comunidade T um ambiente menos excludente.

Todavia, é sabido que quem ocupa as esferas de poder na sociedade não está e não quer abrir mão de parte de seu poder, promover a menor parcela de mudança nos condicionantes sociais que mantêm a dominação-exploração. Abrir mão do poder ou de parte dele significa enfraquecer-se e, por conseguinte, fortalecer o “inimigo”. Transformar as relações sociais que são continuamente naturalizadas sem criar novas práticas naturalizantes é um desafio, sobretudo neste que tem se constituído como o mundo dos homens. Qualquer sinal de melhora da condição T é fruto de muita luta e enfrentamento político, de muito trabalho militante e, infelizmente, de muito sangue, de muitas vidas que sucumbiram ao preconceito.

Transgêneros não se encontraram na mesma posição social e política que homens e mulheres, nem têm igualdade de força, poder e oportunidades. Mudar esse quadro é o desafio das/dos militantes trans e se assemelha muito à luta dos movimentos feministas. Pessoas trans, comumente rotuladas como profissionais do sexo, vivem, por exemplo, uma experiência de exclusão no mercado de trabalho ainda mais grave do que a vivida pela mulher. Estas não recebem oportunidades iguais por força de lógicas patriarcais, machistas que enfraquecem o ser mulher de maneira biologizante. No caso das pessoas Trans, a aparência física, os rigores da moralidade cristã são mais significativos do que quaisquer explicações fundadas nas conjunturas econômicas, pois suas raízes estão fincadas em matrizes diversificadas, em diversos sistemas de dominação-exploração que Saffioti (1987) identificou como sendo o patriarcado, o racismo e o capitalismo. Tais sistemas encontram-se fundidos de modo simbiótico e não pacífico, sendo, devido à contradição que marca essa simbiose, “(...) impossível isolar a responsabilidade de cada um dos sistemas de dominação (...) pelas discriminações diariamente praticadas”. (SAFFIOTI, 1987, p. 62).

Como já se apontou em outra ocasião (SILVA; BARBOZA, 2005, p. 37), no processo de luta contra a exclusão passa pelo processo de conscientização política mediante o qual esses sujeitos constroem suas identidades de gênero. É preciso lembrar que

O conceito de gênero, surgido no contexto anglo-saxão, é usado para caracterizar uma relação. Sem dúvida não tratava apenas de um novo rótulo, porém de opção por uma mudança de ordem epistemológica, ou seja, uma via teórica. (...) Gênero é construção social do sujeito masculino ou feminino.

Como aponta Joan Scott (1995), gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos, mas também importante para a construção identitária de pessoas transgênero (travestis e transexuais) e, portanto, pode contribuir para o enfrentamento de relações marcadamente excludentes e opressivas.

Parece que discussões teóricas contemporâneas buscam contrapor-se a explicações deterministas de cunho biológico. Nelas observam-se exercícios teóricos que buscam reavaliar posições dicotômicas, que estabelecem fronteiras ou mesmo que vêem o corpo como algo neutro e não imbricado no processo de produção identitária. O corpo não é neutro, mas um componente no processo de produção identitária. Oposições e binarismos como natureza/cultura não se sustentam em uma sociedade na qual a cada dia se consolida o entendimento de que a natureza é uma invenção humana.

A oposição corpo/identidade é enganosa e não pode mais se sustentar sobre outra oposição, natureza/cultura, que também não sobrevive em uma sociedade complexa e multicultural em que a concepção de sujeito

único já se esfacelou. A insistência em perspectivas binaristas apenas camufla práticas reguladoras que fazem apenas gerar e corroborar um outro binarismo materializado em um sistema perverso de identidades hegemônicas e marginais. Essa questão remete ao fato de que no campo da questão transgênero corpo e identidade são elementos mutáveis, dinâmicos e a identidade um fenômeno em metamorfose e permanentemente inacabado. Parece adequado aqui ilustrar a questão com um depoimento que põe a olhos vistos a dubiedade com que a sociedade trata a relação corpo/identidade. Segundo a militante Ellen,

Há uma hipocrisia social muito grande. Nosso corpo 'espanta' nos condenam por nos bombarmos, mas homens e mulheres heteros se bombam em clinicas e mudam seus corpos direto! Meu engajamento no movimento Trans aconteceu porque eu queria brigar pelos direitos das travestis e transexuais, por mim mesma! Nós somos diferentes e queremos o direito de ser assim. Temos que dizer pra todo mun do que não somos doentes. Chamam a gente de doentes, de pervertidas de sem vergonhas... Mas toda a sociedade faz o mesmo usa silicone, faz plástica e muda de parceiros... Vivem como nós mas não querem ver que no fundo há diferença, mas nem tanto. Nosso corpo reflete o que queremos ser e somos assim como faz o mesmo nas outras pessoas.

Esses elementos se relacionam na construção social de esquemas de inteligibilidade de gênero (BUTTLER, 2002) que produzem identidades de gênero múltiplas e performáticas, metamórficas, sem que, com isso, se tornem patológicas como costumam rotular leituras binarista, mecanicistas e mesmo positivistas que ainda estão em voga em alguns setores da sociedade e da academia. A luta do movimento de transgêneros em todo o mundo tem se destacado pelo enfrentamento do que se costuma rotular como comportamentos normais ou desviantes. A idéia de normalidade pautada por uma sexualidade única e uma visão cristalizada da identidade social não pode mais ser compreendida como o sustentáculo absoluto das relações sociais. O movimento vem aprofundar a crise da heterossexualidade obrigatória e compulsiva inaugurada pelos movimentos LGBT (GUASCH, 2000; SILVA; BARBOZA, 2005). A fala de Ellen mostra que a condição de militância lhe permite visibilizar a transgressão, lhe permite o autorreconhecimento e/ou a expressão da demanda de reconhecimento de uma outra identidade que não aquela que se atribui a alguém: homem, mulher e seus atributos. Ela denuncia a fragilidade da constituição identitária de gênero como coerente e totalizadora e traz a realidade performática e a multiplicidade de inteligibilidades.

A noção de inteligibilidade de gênero permite enfrentar a primeira forma de manifestar poder com base em quatro dimensões interrelacionais: simbólica, organizacional, normativa e subjetiva. A dimensão simbólica enfatiza as representações múltiplas e contraditórias; a dimensão normativa evidencia interpretações do significado dos símbolos que tentam limitar e conter

suas possibilidades metafóricas, ou seja, conceitos que são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas e jurídicas que trazem duplo sentido na definição do masculino e do feminino. A dimensão organizacional diz respeito às organizações e instituições sociais como mecanismos que aprofundam as assimetrias entre os gêneros. A dimensão subjetiva versa sobre as necessidades de examinar as maneiras como as identidades de gênero são construídas e relacionadas com atividades organizacionais, sociais e representações culturais historicamente situadas. Tendo realizado o feito de formular um conceito de gênero que ilustra as diferenças reais entre homens e mulheres, ou seja, a de origem biológica e a cadeia de desigualdades socialmente construídas com base nas diferenças, os movimentos feministas tentam dar visibilidade às restrições impostas à mulher nos diversos segmentos da sociedade. No caso do movimento *'Trans'*, tem buscado, a exemplo do movimento feminista, enfrentar um conjunto de visões preconceituosas e cristalizadas sobre as pessoas *'Trans'* que os coloca obrigatoriamente na margem extrema da marginalidade e da anormalidade. Assim, a luta do movimento de transgêneros é pelo direito à livre orientação sexual e à construção de identidades de gênero que não fiquem sob o signo da patologia e da anormalidade, pois elas estariam aprisionando essas pessoas em um lugar de permanente exclusão.

Na nossa primeira pesquisa realizada em 2005,⁴ estudou-se como a consciência política de doze travestis, durante sua atuação no campo, se construía. Essas tinham a consciência da importância de sua participação política junto ao movimento nacional de travestis e transexuais – ENTLAIDS – para transformar suas possibilidades reais de trabalho e de acesso a saúde pública. A continuidade destas investigações com um grupo de quatro transgêneros militantes entrevistadas por meio eletrônico cotejando com as outras doze entrevistas realizadas em 2002⁵ permite perceber que as complexidades distintas na constituição da consciência política desses sujeitos marcados fortemente por experiências de exclusão e humilhação indicam, por um lado, graves desdobramentos do ponto de vista da saúde coletiva, visto que, quanto mais simples for a organização dos conteúdos da consciência política, mais vulnerável será o comportamento desse sujeito. Entretanto, por outro, observa-se que quanto mais intensa a situação de humilhação e exclusão vividas, mais reais são as possibilidades de mobilização para a participação política no movimento de travestis e transexuais – ENTLAIDS.

Nos dezesseis casos (doze entrevistas realizadas em 2002 e as quatro novas) aqui analisados percebe-se que a consciência política desses su-

⁴ Essa investigação foi realizada entre os meses de junho-agosto de 2002 na cidade de São Paulo junto à população de travestis que trabalha como profissionais do sexo em campos distintos – Luz, Lapa de Cima, Lapa de Baixo, Jockey Club (SILVA; BARBOZA, 2005).

⁵ Idem.

jeitos configura-se de modo a entenderem que as razões da exclusão social vividas por elas são decorrentes: 1) da percepção preconceituosa que o conjunto da sociedade tem a seu respeito; 2) elas se colocam de maneira dúbia, ora na condição absoluta de vítimas, mas ora como pessoas cômicas de que precisam agir coletivamente em defesa própria; 3) que a ação coletiva mais adequada passa pela participação no ENTLAIDS porque nele se reúnem experiências de pessoas de todo o país.

Essas razões indicam uma cultura política propensa à participação quando sentimentos de injustiça frente à sociedade, associados a sentimentos de eficácia política em relação às ações grupais e à identificação de adversários se articulam como as dimensões da consciência política lhes permitem superar sentimentos de inferioridade e a impotência oriundos de experiências de exclusão e humilhação atribuídas à sociedade brasileira. Uma das entrevistadas *online*, Ellen, vinte e quatro anos, líder de um grupo T no Paraná, diz que:

Desde adolescente eu me sentia menina e menino. Era como estar na fronteira. Mas ninguém me entendia, nem mesmo ouvia. Lembro que para alguns era a minha natureza defeituosa e nada se poderia fazer, a não ser apenas a subordinação às normas hegemônica que estabeleciam, na verdade, uma tirania social. Me sentia muito oprimida, sozinha, até que fui convidada a participar do IX ENTLAIDS e me descobri melhor do que uma pobre mortal. Lá me senti gente. Muitos de nós éramos e somos torturados na vida, somos torturados por sermos diferentes em nossa sexualidade e aparência. Somos excluídas do convívio social, ficamos no escuro, esquecidas e trancadas em guetos. Nenhuma oportunidade profissional digna, nenhum mérito intelectual reconhecido. Somos assassinadas e quando sobrevivemos somos colocadas como parias, trujeiras, gileteiras, prostitutas. Como ralé mesmo! Não sei o que era pior, pois em muitos casos era morte em vida! Mas no Entlaids eu despertei com as companheiras que trocaram experiências comigo e me fizeram ter certeza de que nossa vida poderia mudar se estivéssemos juntas, unidas.

Dessa forma, esse trecho é emblemático e representa outros depoimentos que apontam para uma mudança de postura frente a uma certa dependência e a um assistencialismo populista que *desresponsabiliza* o sujeito de assumir os caminhos de sua história. Na realidade, isso faz parte de um conjunto de aspectos que contribuem para a alienação desses sujeitos quando não são geradas oportunidades políticas de autorreconhecimento. O ENTLAIDS apresenta-se como esse espaço, como ocasião de reconfiguração identitária desses personagens. Consequências dessa complexidade da consciência em movimento são notadas em função da prática militante.

Observa-se, por exemplo, que, com base na participação no movimento, elas deixam de esperar que os donos de estabelecimentos ligados à noite e à prostituição tomem as providências que elas próprias deveriam

tomar junto ao governo, como no caso da luta por acesso qualificado à saúde. Elas passam de vítimas a agentes de pressão sobre o próprio governo, sem esperar que esse venha *naturalmente* tomar sua defesa em diversos aspectos da vida cotidiana. Como se apontou em 2005, na condição de vitimizadas elas tendem a abrir mão de procedimentos necessários para relações sexuais seguras com seus clientes e parceiros. Mas quando percebem a importância de sua atividade política para a superação de práticas grupais firmadas no preconceito de outros, em estigmas, elas vão atuar no grupo como agentes de saúde e facilitadoras de ocasiões de conscientização para outras 'trans'.

Se na primeira pesquisa ficou claro que um grupo demonstrava total desinteresse em participar da luta do ENTLAIDS ou de quaisquer outros movimentos que necessitavam de seu empenho pessoal ou mesmo se mostravam indispostas a integrar ações coletivas, percebe-se que quando elas acolhem a dúvida e a curiosidade sobre como seria estar no encontro, elas abrem espaço para a reordenação do imaginário pessoal acerca da participação e criam oportunidades reais de mobilização política. Esse foi o caso de Monique. Ela por curiosidade acompanhou uma amiga que não queria ir só. Só foi por amizade e porque a outra pagou sua inscrição no XII ENTLAIDS. Mas, ao participar descomprometidamente, sem perceber acabou por se comprometer com as bandeiras e questões que orientavam o encontro e os grupos lá reunidos. Portanto, sua consciência política encontrava-se marcada pela fragmentação, mas passou a tomar corpo segundo uma consciência mais engajada comprometida (SANDOVAL, 1994).

Das quatro novas entrevistadas três participam do ENTLAIDS há pelo menos quatro encontros e outra há três. Das outras três entrevistadas em 2002, apenas duas já participaram de algumas movimentações do ENTLAIDS. Elas sabem e destacam a relevância da ação no campo, na batalha e em outros espaços de encontro. Porém destacam que um dos desafios do movimento é criar um canal de comunicação com a sociedade civil que sistematicamente as tem rechaçado, excluído. Elas apontam para a importância de se superar a visão de que a ação do movimento se restringe à necessidade de difundir na comunidade *T* a relevância de se prevenir e prevenir os parceiros/clientes durante o trabalho como profissionais do sexo. As novas entrevistas incorporam que as pautas do movimento são o seu discurso e apontam para ações coletivas que contribuam para a mudança de seu *status* na sociedade e para um distanciamento efetivo de posturas vitimizantes. Em suas entrevistas as questões mais enfatizadas são: o direito à construção de suas identidades de gênero com um caráter performático no sentido usado por Butler.⁶

⁶ Butler, em *Bodies that Matter* (1997), supera o voluntarismo implícito nas perspectivas ancoradas em uma teoria da construção social quando considera as restrições no desenvolvimento de sua teoria da materialização. Nela,

Na performatividade, gera-se uma inteligibilidade de gênero que vive entre múltiplas processualidades que materializam distintas posições identitárias que não estão fixadas ou construídas e estabilizadas no tempo de modo definitivo. Para Pâmela, trinta e quatro anos, sua participação no ENTLAIDS lhe permitiu

(...) migrar de posições. Sou performática e não sou estática. Eu mudo, meu corpo muda (ela dá uma giradinha mostrando o corpo transformado) e luto para que a sociedade muda também, né. Na rua a gente viu ou conheceu alguma colega que foi morta por intolerância, por crime de ódio mesmo. Saber que alguma travesti ou transex foi morta mobiliza a gente a lutar. Ninguém que morrer eu não quero. Eu quero respeito. Queria estudar, mas por ser assim nem consegui terminar o colegial. Espero que nossas bandeiras sejam entendidas lá fora que o governo realmente faça algo para mudar essa situação de violência grave. Nosso movimento luta por respeito e para garantir que o governo olhe aja a nosso favor porque também somos cidadãs.

Já Alexia, trinta e nove anos, transexual há seis anos e operada nos Estados Unidos, militante em Santos (SP), afirma que

O encontro ajuda a gente a rever certas verdades que eu pensava que era assim e não podiam mudar! Agora eu vejo que não é assim. Não acho justo que a aparência dos corpos que importem mais do que a dignidade humana que as pessoas sejam reconhecidas segundo sua aparência regulamentada por verdades que servem para muita gente mas não servem para todos. Nem embaixo do nome transgêneros somos iguais eu transexual e também não sou transex da mesma forma que são minhas amigas ou mais gente que aquelas que não quiseram ou não puderam ser operadas. Temos que trabalhar dentro e fora do movimento e cuidar muito para que a gente não caia na burrada de nos prender em idéias fixas de identidade que nos fazem repetir o jeito hétero falido de ser. Não dá pra termos medo de sermos diferente, nem tem jeito de esconder, mas também temos que dizer que não somos caricaturas, somos diferentes, somos performáticas. (...) Eu milito para poder ter de verdade o direito de ser o que sou sem ter que me prender a rótulos preconcebidos, para não ser prisioneira de uma sociedade machista, homofóbica e heterossexista. Cansei de ver a violência que sofremos passivamente.

Diferentemente daquelas que entrevistamos em 2002 e que não tinham disponibilidade para encarar de modo efetivo as atividades do movimento por ainda esperarem alguma ação por parte de outros que não necessariamente elas próprias, estas demonstram que já passaram por essa fase e que a proximidade cotidiana com a violência, o preconceito e com a injus-

o conceito central é o de *e* o de *e* o de performatividade, o qual é um processo temporal de construção dos corpos-identidades que opera através da reiteração de normas presentes que ocultam ou dissimulam as convenções das quais são uma repetição. Butler rompe com impressões cristalizadas de que há uma naturalidade dos corpos, dos gestos, das fronteiras e diferenças que criam a ilusão da incomensurabilidade dos sexos e gêneros, pois "não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero, essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias 'expressões' tidas como seus resultados." (BUTLER, 2003, 48).

tiça, fez que o surgimento do ENTLAIDS fosse a oportunidade real de mudança e lhes mostrou que, sem sua própria atividade militante, sem seu próprio comprometimento, seria muito improvável a mudança.

Priscila, quarenta e dois anos, nordestina morando em São Paulo há vinte e dois anos e militante, completa bem o que Alexia disse:

Por muito tempo eu esperei que alguém fizesse algo por mim e só me fudi. Esperei no nordeste que o coronel trazia água; esperei que a professora na escola não deixasse os moleque debochar de mim; esperei que alguém me desse um emprego sem precisar forçar uma macheza que eu não tinha...Eu esperei, esperei, e só me fudi. Me prostitui, morei na rua, apanhei, passei fome, fiquei doente e no hospital o médico disse que meu problema era falta de vergonha. Me bombei e quase morri e não tinha ninguém recorrer a não ser as outras travas que eu conhecia na rua. Lembro da Benda Lee e ela me ajudou muito. Vendo ela passei a ver que eu precisava ser um pouco como ela, mas eu só olhava. Anos depois em 1995 eu fui espancada por uns marginais lá na Lapa e nesse dia eu decidi mudar. Não queria morrer, não agüentava mais aquilo. Na semana anterior tinham me convidado para ir no ENTLAIDS que ia acontecer e eu decidi ir. Foi muito bom! Lembro da passeata, lembro como eu sentia que aquele era o jeito de melhorar: lutando mostrando que a gente existe e quer respeito, quer direito como todo mundo.

Colocam-se como *apoiadoras* daquelas que o queiram. Aqui nota-se maior clareza das dimensões da consciência política, mas baixo grau de disponibilidade política. Dimensões como vontade de agir coletivamente e metas coletivas são atribuídas a outrem que não a elas mesmas. Assim, a consciência política dessas travestis coloca-se em um âmbito intermediário e pouco disposto a integrar ações coletivas. Apenas uma das entrevistadas tem uma vida marcada pela ação militante, mas que, mesmo assim, não traz consigo uma *consciência revolucionária* (SANDOVAL, 1994). Ainda há traços fragmentários. Ela atua mais como uma agente de saúde geral do que como alguém implicada com a luta da inserção digna das travestis no conjunto da sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro estudo apontou para a importância da ação governamental para garantir a mínima e necessária organização marcada por tantas situações discriminatórias. Entretanto, essa ação gerou um conjunto de lideranças dedicadas a construir um movimento que não esteja tutelado pelo Estado, mas que o tenha como parceiro nesse processo de luta política e exercício de uma cidadania ativa. As poucas ações que existem no território brasileiro com vistas a melhorar as condições sócio-político-culturais dessa população surgiram com base no e/ou com o apoio governamental, mas não

se mostraram suficientes ou efetivas para superar a dialética da exclusão/inclusão.

É nesse cenário que a militância política exercida em grupos e nos ENTLAIDS tem servido para visibilizar as situações que necessitam ser enfrentadas e afrontadas para que se produza um novo tecido social que seja mais justo e inclusivo. Os depoimentos apontam para um engajamento no movimento, na militância pelos direitos das travestis e transexuais, para a busca de um pertencimento a uma outra lógica que não aquela com a qual se defrontam todos os dias. A militância lhes permite ocupar um lugar questionador, capaz de dizer publicamente sobre si e sobre aquilo que desejam para si. Nesse sentido, a luta militante lhes possibilita participação ativa em processos de formulação de políticas públicas a cada vez que pensam ações possíveis de governo, mas também em um controle social efetivo daquelas políticas públicas que são implementadas. O histórico dos ENTLAIDS e os depoimentos coletados para esse artigo mostram que a prática militante tem produzido efeitos no processo de conscientização política das 'trans' que dele participam e faz que elas busquem diuturnamente construir estratégias eficazes para a superação da dialética da exclusão/inclusão social.

A consolidação de uma consciência revolucionária (SANDOVAL, 1994) entre as 'T' é extremamente frágil nessa população e a militância no ENTLAIDS tem funcionado como um instrumento de politização importante para aquelas que militam aprofundarem sua militância, mas também para que esta se torne agente de politização entre aquelas que continuam na batalha e longe de atividades militantes. A condição de militância entre as 'Trans' funciona como elemento de reconhecimento ou como demanda de reconhecimento de uma outra identidade que não seja homem ou mulher e que precisa ser publicizada de modo a construir a normalidade. Elas sofrem muito com atos preconceituosos advindos da sociedade civil e dos aparatos governamentais como a polícia. É também verdade que o discurso dominante e preconceituoso está fortemente internalizado por grande parte delas, o que dificulta a transformação dessa realidade, mas a ação militante tem gerado estratégias de construção de uma identidade de gênero positivamente significadas. Ao assumirem esse discurso preconceituoso, elas tendem a cair em falácias próprias dos vitimizados que não apostam em tentativas de mudança social. Nesse quadro, a atuação das 'Trans' militantes é fundamental para que elas não se acomodem passivamente e dificultem as ações de prevenção e aumentem sua vulnerabilidade social.

O desafio de romper o esquema binário, em que o masculino e o feminino se constroem na oposição um ao outro, tem sido desafiante para o movimento 'Trans', que se propõe a desmontar um esquema construído numa lógica patriarcal que dificulta a percepção e construção de mundo de outras formas. No estudo das questões transgênero é importante se apro-

priar de teorizações pós-estruturalistas da desconstrução para que o fenômeno Trans possa ser compreendido desde um outro lugar hermenêutico e epistemológico distinto do pensamento ocidental tradicionalmente operando na base de princípios expressados pela hierarquização de pares opostos para pensar as relações de gênero.

Nos diversos ENTLAIDS promovidos até aqui pelas diversas Associações de Travestis e Transexuais fica patente as distintas bandeiras T que movimentam a militância pelo reconhecimento dos direitos da liberdade de construção da sexualidade e da identidade de gênero. O ENTLAIDS tem se construído (e a militância T) em oposição ao interdito da homossexualidade operado numa cultura predominantemente heterossexual. Como aponta Butler (2002), se a cultura renega a homossexualidade, pode observar-se a “(...) transição da melancolia considerada como economia especificamente psíquica à melancolia considerada como elemento do circuito do poder regulador” (BUTLER, 2002, p. 214). A militância transgênero produz um discurso que, como visto, se estabelece em contraposição a uma discursividade que naturaliza o gênero e legitima formas de dominação-exploração (SAFFIOTI, 1987). Contrapor-se a essa discursividade é demarcar as fronteiras da exclusão e romper com ela. A melancolia produzida mediante a produção de uma heterossexualidade obrigatória constitui a ocasião adequada para a emergência de posições de gênero com um caráter performativo. A luta política dessa população certamente possibilitou a visibilidade de novas formas de identidades sexuais, de consciências política e não permite mais a manutenção das interpretações binárias, abrindo espaço para a geração de novas formas de luta contra a exclusão, novas formas de formulação e implementação de políticas públicas e de construção política da subjetividade humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGGLETON, P.; PARKER, R. *Estigma, discriminação e AIDS*. Rio de Janeiro: Coleção ABIA, 2001.
- BOER, A. et alii (Orgs). *A batalha pela igualdade: prostituição de travestis em Porto Alegre*. Porto Alegre: Igualdade, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *Dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRUSCHINI, M. C.; ROSEMBERG, Fulvia. *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BUARQUE, C. A qualidade de vida: a modernização da utopia. *Revista Lua Nova de Cultura e Política*. São Paulo, v.31, p.1 – 1, 1993.
- BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan – sobre los limites materiales y discursivos Del “sexo”*. Buenos Aires: Anagrama, 2002.

_____. *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DENIZART, H. *Engenharia erótica – travestis no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GUASCH, Oscar. *La crisis de la heterosexualidad*. Barcelona: Laertes, 2000.

LENOIR, René. *Les exclus*. Paris: Le Seuil, 1974.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PERES, Wulliam Siqueira. Subjetividade das travestis brasileiras: interfaces entre estigmas e construção da cidadania. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 7 ST16: Sexualidades, Corporeidades e Transgêneros: narrativas fora da ordem*. Florianópolis, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Equidade e paridade para obter igualdade. *O social em questão*. ano I n.1, jan-jun. 1987.

SANDOVAL, Salvador. Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. In: SPINK, Mary Jane (Org.) *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação e Realidade*, v.20(2), 1995.

SILVA, Alessandro Soares da. Alguns elementos para a construção de uma consciência política coletiva. In: _____. *Marchando pelo Arco-Íris da Política: A Parada do Orgulho LGBT na Construção da Consciência Coletiva dos Movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal*. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

_____. As cores memoriais (e distorcidas) da (in) diferença: com que cores se colorem o passado no tempo presente da homofobia?! *Bagoas – Estudos gays, gênero e sexualidades* 1(1) jul./dez. 2007, pp. 167-92. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/alessandro.pdf>.

_____.; BARBOZA, Renato. Diversidade sexual, Gênero e Exclusão. Social na produção da Consciência Política de Travestis. *Athenea Digital*, 8, 2005, pp. 27-49. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=53700802>.

STOLLER, Robert. *Masculinidade e feminilidade: apresentações do gênero*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Reflexões acerca do conceito de exclusão. In: *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.